

# Para onde vão as Fábricas Recuperadas?\*

Henrique T. Novaes\*\*

Maurício Sardá de Faria\*\*\*

## Resumo

O artigo analisa o surgimento das Fábricas Recuperadas (FRs) dentro de uma perspectiva histórica, mostrando as contradições surgidas no processo de retomada da produção pelos trabalhadores, os limites e as possibilidades de florescimento da autogestão num contexto de refluxo das lutas sociais. Destacamos o papel dos sindicatos, algumas estatísticas, continuidades e descontinuidades nas FRs, algumas lutas pela estatização sob controle operário e três casos especiais: Cooperminas, Catende Harmonia e Zanon (Argentina). Mesmo trazendo elementos que sinalizam para uma forma superior de produção, baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, na autogestão e sinalização da necessidade de desmercantilização, concluímos que as FRs estão passando por processos de degeneração.

**Palavras-chave:** fábricas recuperadas; autogestão; lutas da classe trabalhadora; Brasil, FasinPat Zanon

**Classificação JEL:** J54, L23

## Introdução

Este artigo pretende refletir sobre o fenômeno das Fábricas Recuperadas (FRs) brasileiras. Na primeira seção fizemos um breve histórico das lutas autogestionárias para situar as FRs em perspectiva. A seção seguinte observa mais detalhadamente o contexto que levou ao surgimento das FRs, procura destacar

---

\* Versão revista e ampliada do artigo apresentado no XIV Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo: PUC, 2009. Gostaríamos de agradecer os comentários e sugestões dos pareceristas da Revista.

\*\* Economista (Unesp-Araraquara). Doutorando em Política Científica e Tecnológica – Unicamp. Autor do Livro: O Fetiche da Tecnologia – a experiência das Fábricas Recuperadas. [hetanov@yahoo.com.br](mailto:hetanov@yahoo.com.br)

\*\*\* Doutor em Sociologia Política (UFSC). Autor da Tese: Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital. [mausarda@yahoo.com.br](mailto:mausarda@yahoo.com.br)

algumas estatísticas, fatos recorrentes, limites e possibilidades que as mesmas abrem para o desenvolvimento de práticas e relações sociais autônomas de organização da classe trabalhadora brasileira. A terceira seção aborda o papel dos sindicatos na recuperação das fábricas pelos trabalhadores. Na quarta seção resolvemos sublinhar dois casos especiais (Cooperminas e Catende Harmonia). A penúltima seção analisa as “fábricas em impasse”, fábricas que vislumbram a estatização sob controle operário e compara com as saídas encontradas pela experiência Zanon (Argentina).

A última seção observa que as FRs estão numa encruzilhada. Mesmo trazendo elementos que sinalizam para uma forma superior de produção, baseada na propriedade coletiva dos meios de produção e na autogestão, as FRs estão passando por processos de degeneração. Observamos que há limites impostos pelo mercado, pelo contexto histórico defensivo, pela visão de mundo dos trabalhadores das FRs, pela crise teórica da esquerda brasileira e pela ausência de lutas mais amplas dos trabalhadores rumo a uma “sociedade para além do capital” (Mészáros, 2002). Para os casos das fábricas que reivindicam a estatização, apesar de acenar para uma “politização” maior do que nas FRs, a ausência de uma resposta positiva por parte do governo as colocou numa situação de impasse. Encerramos o artigo com algumas considerações finais.

## **Um breve histórico das lutas sociais pela autonomia**

As iniciativas autogestionárias de luta e de produção dos meios de vida é um claro espectro cujo rastro histórico pode ser percebido desde há pelo menos dois séculos. Neste percurso, a autogestão assume formas variadas de organização e cria instituições novas, consoante às condições materiais e sociais da ocasião. Seja em cenários de guerra ou de irrupções revolucionárias, seja em períodos de ascensão do capitalismo transnacional (durante os Trinta Gloriosos) ou nas crises econômicas e estruturais do capitalismo, são recorrentes estas formas de luta que enveredam pelo desenvolvimento de práticas e relações sociais baseadas na autonomia, no coletivismo e no igualitarismo. Cada momento de ascensão do ciclo das lutas sociais provoca na trajetória da autogestão um movimento espasmódico e em espiral ascendente, o que nos permite perceber (e apostar) que essa trajetória traz dentro de si a possibilidade de superação das relações sociais e do modo de produção capitalistas.

As experiências autogestionárias são diversas tanto no que diz respeito à temporalidade e intensidade quanto aos espaços geográficos em que se efetivam, sendo perceptíveis um pouco por todo o lado no processo de constituição do

sistema capitalista. Nossa retrospectiva, que procura resgatar a cultura produtiva e autogestionária dos envolvidos diretamente nas experiências e a elaboração conceitual que realizam das suas práticas, ressalta como marco inicial a revolta de 1831-34 dos tecelões de Lion, na época uma importante cidade industrial francesa.

Nesse primeiro esboço contemporâneo da autogestão como forma de luta dos trabalhadores, os mestres tecelões da seda, cansados das baixas tarifas, declararam que “valia mais morrer de uma bala do que de fome” e tomaram a cidade por várias semanas, cunhando a divisa “viver trabalhando ou morrer combatendo”. Os *canuts*, como eram conhecidos, foram precursores da insígnia do “direito ao trabalho”, cunhada na vaga revolucionária de 1848. (Rude, 1982; Moissoner, 1988; Demoustier, 2006).

Durante aquela década, e para além das reivindicações objetivas que aglutinaram os trabalhadores em torno da luta direta, o que esteve em questão foi a inserção dos operários nas unidades de produção do nascente capitalismo industrial francês. O que os trabalhadores reivindicavam através do Direito ao Trabalho era, fundamentalmente, o direito de participar na organização dos processos de produção da vida material e social, a começar pelo direito de organizar seu próprio trabalho, e fazê-lo distintamente ao que apregoava a ideologia industrial-burguesa (Meister, 1972).

Nesse período, e durante todo o Século XIX, as associações e as cooperativas figuraram dentre as principais formas de organização e de resistência dos trabalhadores ao processo de expansão mundial do capitalismo. Até a Comuna de Paris, em 1871, a associação foi o princípio articulador de relações sociais igualitárias, coletivistas e democráticas dos trabalhadores que se espalhou pelos países que então formavam a Europa<sup>1</sup>.

Tal vertente associativista assegurava, por um lado, o caráter orgânico da instituição operária e, por outro, a efetivação de laços de solidariedade com as comunidades de interesse, das quais os trabalhadores eram também agentes ativos. Aos olhos de hoje, o princípio associativista assumia uma dupla função, que só posteriormente foram divididas: a organização para a produção dos meios de vida – especialmente através das diversas formas de cooperativismo (de produção, consumo e crédito, inicialmente) – e a resistência coletiva às relações sociais do capital.

Essas formas associativas de produção, ao substituírem a competição entre os trabalhadores pela solidariedade e a fragmentação pelo coletivismo, revelavam um processo de auto-organização que era já entendido no seu duplo aspecto de meio e de fim. A autogestão das suas lutas revelava para os trabalha-

dores a necessidade indissociável de autogestão da produção e da vida social. Por isso a pedagogia das lutas dos trabalhadores contém sempre uma dimensão organizativa, unificando os trabalhadores para a superação da exploração e do próprio assalariamento (Tragtenberg, 1986).

Neste período, a associação, instituição pioneira das práticas autogestionárias, era como que o princípio e o meio para a superação das relações sociais do capital, das formas de exploração e alienação dos trabalhadores no interior das unidades de produção capitalistas. Não é por acaso que a primeira organização internacional dos trabalhadores foi denominada “Associação Internacional dos Trabalhadores” (Bruhat, 1952).

Desde então, a autogestão figura no horizonte da luta de classes, nas organizações e nos conflitos que ultrapassam a disciplina e a fragmentação próprias das relações sociais do capital. A associação alcançava o papel de preparar os trabalhadores para a vida coletiva, levando-os a assumir a produção das condições materiais de existência. Essa estratégia atinge um ponto culminante na Comuna de Paris (1871), quando a associação foi projetada como forma organizativa para o conjunto da sociedade, pelo menos naqueles poucos 72 dias em que se tentou “tomar o céu de assalto”.

Já nos Manuscritos de 1844, Marx havia percebido nas associações operárias o fundamento das relações sociais de produção comunistas, prenúncio da transformação do sistema capitalista. As associações realizam a unificação da luta econômica e da luta política, de maneira que a própria forma associativa transforma-se no seu mais importante conteúdo:

“Quando os artesãos comunistas se associam, sua finalidade é inicialmente a doutrina, a propaganda, etc. Mas com isso e ao mesmo tempo apropriam-se de uma nova necessidade, a necessidade de associação, e o que parecia meio, converte-se em fim. Pode-se observar este movimento prático, em seus resultados mais brilhantes, quando se vêem reunidos os operários socialistas franceses. Já não necessitam de pretextos para reunir-se, de mediadores como o fumo, a bebida, a comida, etc. A vida em sociedade, a associação, a conversa, que por sua vez têm a sociedade como fim, lhes bastam. Entre eles, a fraternidade dos homens não é nenhuma fraseologia, mas sim uma verdade, e a nobreza da humanidade brilha nessas figuras endurecidas pelo trabalho.” (Marx, 1987, p. 187).

As associações aparecem para Marx como uma prática social em que o meio é ao mesmo tempo seu fim, isto é, que ao constituírem suas associações, os trabalhadores estão projetando uma nova sociedade, fundada na solidariedade prática entre os homens e “sem nenhum lugar visível para os capitalistas”<sup>2</sup>. Com isso, a construção das associações pode se transformar na luta pela própria

associação. Afirmar, no entanto, que nas associações meio e fim são a mesma coisa, é diferente de estabelecer que o meio vira fim, pois aí temos a definição dos processos de burocratização, em que o meio torna-se o fim, e o fim é esquecido ou perde-se na estrutura. A associação elimina a concorrência entre os trabalhadores, unificando-os em torno dos seus interesses comuns, e os põe de acordo sobre a necessidade de enfrentar ao mesmo tempo o patronato, o regime de salariedade e o Estado como órgão “separado” da sociedade.

A derrota da Comuna, a diáspora operária e o avanço do stalinismo no século XX abriram o caminho para o deslocamento ideológico e político que se verificou no seio do movimento socialista internacional. Se até então a associação dos produtores imediatos, forjada por seus próprios meios, era condição fundamental para a realização prática do socialismo, o massacre dos *communards* abriu caminho para uma reinterpretação das tarefas prementes da classe operária, resultando na nova estratégia política que se vai processar no interior da Segunda Internacional. A auto-organização dos trabalhadores, através do princípio associativo (cooperativo) em múltiplos campos da vida social, perde terreno e rivaliza com a tese da necessidade de organização, única e exclusivamente, do partido da classe operária, tendo em vista a conquista do poder político (Desroche, 1981).

Na virada para o Século XX, não eram poucas as dificuldades que o próprio desenvolvimento das estruturas e das relações sociais de produção capitalistas representava para a expansão do setor cooperativo de base operária, dada a rápida concentração de capitais, a expansão do comércio, das máquinas e das técnicas de fabrico. Nas palavras de Marx, o cooperativismo “mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria” (Marx e Engels, 1980, p. 27).

Tal cenário amplificava as críticas ao cooperativismo no seio do movimento operário internacional, aos seus limites no interior desse modo de produção, resultando no progressivo abandono da prática associativista no campo da produção dos meios de vida. Com o deslocamento do cooperativismo, ganham terreno as formas organizativas inspiradas pela social-democracia alemã, no plano parlamentar, e no *trade-unionismo* inglês, no campo da regulamentação das condições de trabalho (Faria, 2005).

A despeito das implicações políticas dessa virada organizativa, os trabalhadores persistem com iniciativas autônomas de organização das suas lutas no interior das unidades produtivas. Nas conjunturas de ruptura revolucionária

ou de acirramento das contradições entre as classes os trabalhadores retomam a estratégia de juntar as duas vertentes da prática associativa: resistência e produção dos meios de vida.

Diante da fuga dos patrões ou quando estes são desalojados do controle das unidades produtivas, os trabalhadores se vêem diante à necessidade de retomar a produção dos seus meios de vida por sua própria conta. Nada mais eficaz, quando isso ocorre, do que a ocupação das instalações, como aconteceu na Comuna de Paris, não início da Revolução Russa, na Guerra Civil Espanhola (1936-39), na Hungria (1919 e 1956), na Tchecoslováquia (1968) etc.; durante a greve geral de 1968 na França e nas ocupações das empresas que se seguiram até 1974; no Chile, nos três anos que durou o governo Allende; em Portugal – na Revolução dos Cravos de 1974 a 1976; na Polônia (1980-1983); no *Cordobazo* argentino (1969). No Brasil, nas comissões de fábricas no final da década de 1960 e 1970<sup>3</sup>, até as atuais FRs do Brasil, da Argentina, do Uruguai, da Venezuela...<sup>4</sup>

No Brasil, dentre aqueles que realçavam o debate sobre a autogestão e as formas autônomas de organização dos trabalhadores, merece destaque a obra de Maurício Tragtenberg que se auto-denominava “marxista anarquizante”. Para ele a autogestão é condição essencial para a perspectiva socialista. De maneira qualificada e insistente, Tragtenberg chamou a atenção para as alternativas que não se reduziam nem às teses estatizantes da ditadura do partido, nem à democracia capitalista de mercado apregoada pelos social-democratas. Seja qual for a situação, o resultado pende para a burocratização das instituições de luta, originalmente autônomas, da classe trabalhadora, como as comissões de base, os sindicatos e o partido (Tragtenberg, 1986). Assim como para os portugueses entre 1974 e 1975, as opções não se resumem ao Capitalismo de Estado ou Privado.

No centro dos constrangimentos estruturais que emergem do próprio desenvolvimento do trabalho associado no sistema capitalista, e que geralmente levam ao estreitamento do horizonte e da vida ativa dessas experiências, pode-se identificar claramente a ação de um grupo social específico, para alguns uma classe, denominada historicamente de formas variadas como gestores, burocratas, tecnocratas, “ornitorrincos” etc. Entender como pensa e atua esse novo segmento é crucial para avaliar corretamente os labirintos que se apresentam aos trabalhadores em luta no interior das unidades de produção. Principalmente porque, por seu intermédio, se difunde um mecanismo de encilhamento dos horizontes das FRs nos limites do mercado, da tecnologia capitalista e do Estado, que por sua vez exigem e reforçam a necessidade da presença de uma

categoria-função determinada. Nesses processos, um dos mecanismos centrais reside na identificação, sempre reducionista e apressada, da autogestão com a propriedade coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores (Tragtenberg, 1986; Mészáros, 2002).

Dentre suas funções no enquadramento das FRs, os gestores operam, de forma mais ou menos consciente, a redução das formas de organização da produção, comercialização e consumo pelos trabalhadores às relações modificadas de propriedade. Derivando daí sua identificação com as relações de produção, assumindo características sociais, solidárias ou socialistas. Porém, sendo o controle independente da propriedade, o que tais situações propiciam é o surgimento de um novo tipo de separação entre dirigentes e dirigidos, entre os que decidem e executam. Opera-se, dessa maneira, a socialização da propriedade dos meios de produção entre os trabalhadores, mas não se efetiva a propriedade social, pertencente à comunidade ou aos trabalhadores enquanto classe.

Na história do movimento associativista, pode-se perceber que as estruturas coletivas de gestão criadas em conjunturas de acirramento das contradições sociais tendem a se desarticular ou são assimiladas nos momentos de descenso das lutas, dando início a um novo ciclo de acumulação do capital<sup>5</sup>. Igualmente pode ocorrer de a autogestão significar apenas a cristalização de uma “normalidade democrática” no interior das unidades produtivas, o que acaba por levar a uma separação entre os que decidem sem produzir e os que produzem sem decidir acerca dos aspectos essenciais da produção, da organização e do ritmo do processo de trabalho e da tecnologia adotada ou a ser reprojeta. No limite, isola os trabalhadores da definição sobre o processo de trabalho como um todo e a destinação do produto do seu trabalho, características decisivas da alienação do trabalho.

A questão central é que, sob a égide do capital, os trabalhadores não realizam uma atividade dotada de sentido social. Eles perdem o controle do produto do seu trabalho, do processo de trabalho, de si e da civilização humana (Mészáros, 2002; Antunes, 2002). No que se refere à perda do controle do produto do trabalho, ou aquilo que a historiografia identificou como críticas ao “socialismo de mercado”, Mészáros (2002 e 2004) remete suas críticas tanto ao marxismo que associou o socialismo com a propriedade dos meios de produção quanto aqueles que passaram a “fetichizar o mercado”. Lembremos que, para a teoria marxiana, *a tirania da circulação não é menos perversa que a tirania da produção*.

De acordo com Mészáros (2002), a relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante que a separação e a alienação das condições

materiais de produção dos trabalhadores. Assim, ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio.

Para Mészáros, não se pode desprezar a idéia de planejamento em virtude da implosão soviética, na medida em que a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, gestado sob a base de uma democracia substantiva pelos produtores livremente associados (Mészáros, 2004, p.629). E isso porque...

“A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloqüente a esse respeito. Mas mesmo a estratégia de subverter as relações de propriedade de capitalismo privado pela “expropriação dos expropriadores” pode, sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas, apenas arranhar a superfície, deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas – ainda que numa forma alterada – no controle pleno do processo de reprodução. Deste modo, nada pode ser mais absurdo do que a tentativa de instituir a democracia socialista e a emancipação do trabalho a partir do fetichismo escravizador do ‘socialismo de mercado’.” (Mészáros, 2002, p. 629)<sup>6</sup>.

Nesta mesma linha, Sérgio Storch afirma que a alienação, no pensamento marxista, é um fenômeno que transcende os limites da firma individual. Mesmo que uma firma passe a ser de propriedade dos trabalhadores, a alienação poderá persistir, porque o regime de propriedade privada no restante da economia continuará determinando preços e salários, através das forças impessoais de mercado. Para este autor, no caso das cooperativas de trabalho industrial, enquanto experiências isoladas, “os trabalhadores proprietários, mesmo que não tenham sentimentos de alienação no trabalho, podem tornar-se impotentes perante as forças competitivas do mercado, que são as que determinam, em última instância, as chances do sucesso da empresa e a qualidade de vida de seus membros” (Storch, 1985, p.145).

Bernardo (2009 [1991]), no seu livro “Economia dos conflitos sociais”, aprofundou o debate da (im)possibilidade de sobrevivência da autonomia operária num contexto onde a produtividade é dada pelo “mercado”. Diante disso, experiências como as FRs tenderão a degenerar, restituir as antigas relações sociais, aumentar a jornada de trabalho, etc ou até mesmo contratar trabalhadores não cooperados.

A autogestão é compreendida aqui como uma utopia militante, projeto de organização societária que encontra no processo de produção da vida material a chave para a superação desse modo de produção e transformação do todo social. A autogestão busca ampliar as formas de democracia direta no interior da



empresa, combinando-a, quando necessário, com instâncias de representação e de rodízio nos postos estratégicos. Exige a superação da condição parcelizada, fragmentada e inferiorizada dos trabalhadores no interior do processo de produção das condições materiais de existência ou aquilo que Gramsci chamava pela reunificação entre o *homo faber* e o *homo sapiens*. Significa a transcendência, ainda que parcial, da alienação, o que é o mesmo que dizer a superação da exploração econômica e da opressão política. A parcelização das atividades é substituída pelo trabalho coletivo e pela rotatividade dos trabalhadores nos diferentes postos de trabalho, além da revogabilidade dos cargos, para que todos possam conhecer as etapas do processo produtivo e solidarizar-se profundamente com os companheiros de trabalho. Além disso, os trabalhadores em autogestão podem circular entre as empresas, pois ninguém deve ser condenado à execução de um tipo de atividade durante toda a vida.

Na autogestão, as diferenças salariais são abolidas ou, quando existirem, serão decididas em comum acordo pelo coletivo de trabalhadores, pois este é o único critério objetivo a justificar as diferenças de remuneração. A inferiorização dos trabalhadores será abolida pela participação de todos nas decisões sobre os assuntos que dizem respeito à empresa e à sociedade, inclusive sobre por quê produzir, o que, quanto e como será produzido determinado produto. Num plano mais amplo, significa o controle da sociedade pelos trabalhadores.

A autogestão não significa a ausência de disciplina, mas a disciplina e a normas que são decididas coletivamente. Tanto as normas como os estatutos que regem as relações internas da empresa não são definidos à priori, mas são elaborados de acordo com as relações práticas que se estabelecem entre seus membros, e devem ser abertos para acompanhar a mudança nessas relações. A autogestão é a utopia do futuro, pois pressupõe a construção de sujeitos autônomos.

A autogestão pode dar origem à uma nova tecnologia, que busque favorecer ao máximo a relação direta entre os trabalhadores, que lhes permita a troca de informações e a comunicação no processo de trabalho. Em alguns casos, os meios tecnológicos existentes podem ter seus sentidos invertidos para dar azo às novas relações de produção em autogestão, coletivas e igualitárias. Por exemplo, o sistema de comunicações da empresa, até então utilizado para transmitir de cima para baixo, pode ser utilizado para permitir o envio de decisões de baixo para cima, em tempo real, no momento mesmo em que as decisões devem ser tomadas<sup>7</sup>.

A autogestão pressupõe a redução ao máximo dos níveis hierárquicos, para favorecer a horizontalização das relações no interior das empresas. As empresas

em autogestão devem ser abertas, atuantes nas lutas dos trabalhadores de sua época, buscando o relacionamento com outros movimentos sociais para estreitar os laços de solidariedade entre os trabalhadores, auxiliando outros trabalhadores na conquista dos meios de produção<sup>8</sup>. A solidariedade dos trabalhadores autogestionários é prática, para fundar outra economia e modificar nas bases as estruturas da sociedade existente.

No entanto, como podemos observar no caso das FRs, essa utopia já é realizada parcialmente no presente. Das FRs, o que se espera é que elas possam levar mais longe a modificação das relações de propriedade e controle, em direção a uma alteração profunda nas relações sociais de produção.

Marx tratou, no capítulo sobre “A assim chamada acumulação primitiva” de *O Capital*, do processo histórico que levou à expropriação dos produtores diretos e à conversão dos trabalhadores em proletários “livres como pássaros”. Mediante a dissolução da propriedade privada baseada no trabalho e a subsequente efetivação da propriedade privada capitalista, assinalou que, no avanço desse processo, após a transformação das condições gerais de trabalho em capital, a expropriação prossegue no seio já da própria classe capitalista, como lei imanente desse modo de produção, em que “um capitalista mata muitos outros” através da centralização dos capitais. Assim,

“Paralelamente a essa centralização ou à expropriação de muitos outros capitalistas por poucos se desenvolve a forma cooperativa do processo de trabalho em escala sempre crescente, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho utilizáveis apenas coletivamente, a economia de todos os meios de produção mediante o uso como meios de produção de um trabalho social combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. Ele é arrebatado. Soa a hora final da propriedade capitalista. Os expropriadores são expropriados.”(Marx, 1988, p 282-4).

Sendo assim, a propriedade privada capitalista, que surge como negação da propriedade privada individual, produz a sua própria negação, material-

zada na propriedade social e baseada na organização social da produção. A propriedade social futura estrutura-se a partir do fundamento conquistado na era capitalista: a cooperação e a propriedade comum das terras e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho.

Marx estabeleceu uma dialética positiva entre o trabalhador e os meios de produção quando usou a metáfora do “retorno do caracol à sua concha”. Lembremos que este pensador social, numa passagem que retrata a mudança proporcionada pela manufatura, observou que: “Em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolavelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão destes meios em capital (Marx apud Antunes, 2005)

Se a transformação histórica da propriedade privada parcelada dos meios de produção baseada no trabalho em propriedade privada capitalista representou um processo “longo, duro e difícil”, pois se tratou da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores, a transformação da propriedade privada capitalista em propriedade social será comparativamente mais rápida, na medida em que “agora se trata da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo”. O problema é saber se as FRs são para isso um primeiro passo.

### **Algumas notas sobre as Fábricas Recuperadas**

Acreditamos que a experiência das FRs representa a retomada de um campo da luta de classes que foi subestimado após a Comuna de Paris: o da produção cooperativa dos meios de vida. Nessa dimensão – que abrange a organização do processo de trabalho, os mecanismos instituídos de tomada de decisões, as formas de controle e gestão das unidades produtivas –, o conteúdo da autogestão revela-se imprescindível.

As experiências brasileiras no campo da Economia Solidária ganharam terreno a partir dos anos 1990, numa conjuntura defensiva para os movimentos sociais<sup>9</sup>. A nosso ver, as FRs são cooperativas e associações de trabalhadores que surgiram na contramão do intenso processo de desestruturação e precarização do trabalho. O ritmo desse processo passou a ser ditado pela voracidade capitalista na sua vertente neoliberal, de financeirização, abertura comercial, aperto fiscal e enxugamento de certas funções sociais do Estado, ataque aos direitos sociais e trabalhistas etc.

Nessa conjuntura, algo que não era mais do que uma série de experiências isoladas ganha fôlego, tendo como palco as unidades produtivas em crise, es-

pecialmente as empresas de gestão familiar em crise. Surge desses casos uma perspectiva nova que apontava para a possibilidade efetiva da propriedade coletiva dos meios de produção e do controle das fábricas pelos trabalhadores. Além disso, é importante destacar, essas experiências passaram a reivindicar para si – e a assumir – o sentido do associativismo e da autogestão.

Mais precisamente, acreditamos que as FRs são um fenômeno social em alguma medida original e em certo sentido herdeiro de experiências anteriores, desenvolvido pela classe trabalhadora latino-americana num contexto de hegemonia do capital financeiro, onde a luta sindical tradicional por emprego com carteira assinada enfrentava sérias dificuldades. Tais experiências conquistaram desde então significativo espaço social, inclusive com a criação – no ano de 2003 – da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Lula.<sup>10</sup>

Ao mesmo tempo, as FRs são o resultado de uma “nuvem” anti-capital na América Latina que envolve um vasto leque de rebeliões populares: as lutas contra a privatização da água, energia elétrica, do gás e do petróleo principalmente na Bolívia, Equador e Venezuela, os *piqueteros* interrompendo ruas e rodovias para travar a circulação de mercadorias e pessoas na Argentina, as lutas do Movimento Sem-terra contra o latifúndio, destes com outros setores da sociedade contra a privatização de empresas estatais, etc as lutas contra o avanço do Estado Mínimo para os trabalhadores e máximo pro capital financeiro, o surgimento do Movimento Sem-Teto no Brasil, as FRs, etc.

Não podemos esquecer que os trabalhadores tentam se reerguer de um ponto de ruptura: o golpe de 1964. No Brasil dos anos 1960, com o surgimento das Ligas Camponesas (Peasant Leagues), com a ascensão das lutas dos trabalhadores urbanos, com as “Reformas de Base” de João Goulart (1962-1964), houve um ciclo ascendente de lutas, etc que levou alguns historiadores a dizer que o Brasil – mas também a América Latina como um todo – marchava para o socialismo. Com a ditadura civil-militar (1964-1985), houve uma ruptura nas lutas operárias e camponesas, levando os trabalhadores ao chão. No final dos anos 1970, com o abrandamento do regime militar, surgiu o “novo sindicalismo”, o Movimento Sem-Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), etc. Nos anos 1990, também entra em cena a Economia Solidária. Nesse sentido, pode-se dizer que nos anos 1980 e 1990, tentando renascer das cinzas dos anos 1960, surgiram inúmeras lutas populares, dentre elas as FRs e as fábricas que buscavam a estatização. Este breve histórico serve para situar o surgimento das FRs dentro de um pano de fundo mais amplo: as lutas brasileiras que vinham num processo de ascensão, que foram interrompidas e tentam renascer.

As FRs têm sido objeto de estudo de diversas pesquisas e levantamentos. Os principais dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) indicam que pelo menos 70 empreendimentos econômicos solidários podem ser de fato identificados como FRs, ou organismos de segundo grau a partir da recuperação de empresas (Senaes, 2007). Pesquisa anterior (Faria, 2005) já levantava 65 experiências, das quais participavam 12.070 trabalhadores, aí incluídos os 4.000 de Catende.<sup>11</sup>

Já pelos dados do SIES, participam dessas empresas cerca de 10 mil trabalhadores, em sua grande maioria homens. A principal forma jurídica é a cooperativa. A distribuição regional mostra que a grande maioria se concentra no Sul e Sudeste do Brasil, áreas mais industrializadas do país – sobretudo na área urbana. Os principais setores econômicos são industriais (metalurgia, têxteis, calçados, vidros e cristais, cerâmicas), além de extração mineral e de serviços.

Para além da sua quantificação, uma pesquisa de campo realizada em 2005 junto a 28 experiências de FRs no Brasil estabeleceu uma tipologia da autogestão a partir de critérios relativos a gestão, mercado, crédito, tecnologia, forma de propriedade e participação institucional (Tauile *et al.*, 2005). Os sete tipos ideais resultantes vão do “socialmente desejável” – a empresa dos trabalhadores em autogestão – ao “socialmente inaceitável” – a “coopergato ou terceirizada”.

Esse estudo apresenta uma caracterização interessante das FRs, pois ao mesmo tempo em que capta o que são as experiências estudadas, aponta um horizonte para as mesmas por meio do estabelecimento de características desejáveis. O estudo também evidencia o caráter contraditório e heterogêneo das experiências estudadas.

Embora essa heterogeneidade e as contradições do fenômeno possam ser encontradas em outros estudos, ainda assim é possível estabelecer uma caracterização geral das experiências brasileiras desenvolvidas até o final dos anos 1990, apontadas em diferentes estudos. Destacamos as seguintes:

a) a quase totalidade das experiências resulta da recuperação de empresas familiares, sendo a falência ou estado pré-falimentar, em muitos casos, frutos de um processo de sucessão familiar mal-sucedido; não é raro encontrarmos fábricas fundadas no início do século XX, com maquinários com mais de cinquenta anos.

b) via de regra, essas empresas já carregam no ventre um passivo trabalhista vultoso, sendo comum aos trabalhadores a vivência por longos períodos com salários em atraso e o não recolhimento pelas empresas dos direitos trabalhistas e sociais devidos durante meses e, por vezes, vários anos;

c) na iminência do encerramento das atividades, os trabalhadores mobilizam-se para a reivindicação dos direitos trabalhistas e, nesse momento, surge a perspectiva de manutenção da fábrica em funcionamento com o afastamento dos antigos proprietários;

d) em muitos casos, o sindicato assume o papel de protagonista ativo na organização dos trabalhadores, na apresentação e discussão das possibilidades para a manutenção da empresa em funcionamento, na negociação com os ex-proprietários e com os organismos públicos e privados para a busca de financiamento. Por vezes, o sindicato torna-se também co-responsável na gestão dessas empresas sob o controle dos trabalhadores;

e) pode ocorrer de os trabalhadores abrirem mão dos seus direitos trabalhistas e verbas rescisórias contratuais em troca da propriedade coletiva dos meios de produção das empresas;

f) na grande maioria dos casos, opta-se pela utilização da forma cooperativista, na ausência de um marco legal que reconheça as especificidades desse fenômeno recente no Brasil; atualmente, podem ser também sociedades anônimas ou limitadas.

g) é comum verificarmos a utilização do termo autogestão, que pretende abranger tanto as alterações ocorridas na forma de propriedade das empresas, como também as características democráticas que devem presidir a organização do processo de trabalho e a forma de gestão da cooperativa. Entretanto a tendência geral das experiências pesquisadas no Brasil é a de manutenção da divisão do trabalho anterior, sendo as principais alterações referentes à divisão das retiradas (nome que se dá para os antigos “salários”), do excedente (“sobras”) e do processo decisório na fábrica que, em geral, se dá por meio de assembléias gerais.

h) apesar de identificarmos mudanças na divisão dos (“salários”), são poucas as experiências brasileiras que optam pela divisão igualitária. Na pesquisa coordenada por Ruggeri (2005), foram identificadas que 44% das fábricas argentinas praticavam a igualdade de remuneração.

i) essa situação nova impacta na motivação dos trabalhadores, pelo menos por certo período, e os torna mais inclinados para a realização das tarefas produtivas com maior empenho e zelo;

j) nessas experiências, a “estratégia competitiva” pode lançar mão de mecanismos como a extensão da jornada de trabalho não remunerada ou mesmo a flexibilização da massa salarial para acompanhar as oscilações do mercado. Em outras palavras, na impossibilidade eventual do reprojeto da tecnologia existente ou de um investimento em novas tecnologias, essas empresas

podem lançar mão de mecanismos característicos da mais-valia absoluta para a realização dos seus processos econômicos.

k) há uma baixa “politização” dos trabalhadores, no que se refere à necessidade de unificação das lutas dos trabalhadores e construção de uma sociedade “para além do capital” (Mészáros, 2002), algo que é mais recorrente nas lideranças das fábricas que buscam a estatização.

Vejam agora as contradições presenciadas pelos sindicatos e o papel destes na ajuda aos trabalhadores das FRs.

## **O papel dos sindicatos**

Desde as primeiras experiências, a proliferação de empresas autogestórias foi acompanhada de um movimento de leve abertura dos sindicatos ao tema do cooperativismo e do associativismo. O sindicato costuma ser a primeira instituição à qual os trabalhadores recorrem para intervir como representante legal em casos de concordata e falência da empresa em que trabalham e, cada vez mais, esses casos têm motivado experiências de co-gestão e autogestão sugeridas pelo próprio sindicato.

Uma evidência dessa nova postura foi o apoio de parte do sindicalismo à criação de instituições específicas para o fomento à economia solidária e à autogestão. Em 1994 foi fundada, por exemplo, a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), a partir de um trabalho de assessoria iniciado em 1991 com a empresa de calçados Makerli, de Franca (Estado de São Paulo), em conjunto com sindicatos locais. Dentre as empresas recuperadas filiadas à ANTEAG estão, por exemplo, a Usina Catende e a Cooperminas.

A maior central sindical brasileira, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), também se viu diante a necessidade de modificar a postura meramente reativa diante a redução de postos de trabalho formal e internalizar a discussão sobre as formas alternativas de geração de trabalho. Quando as primeiras experiências começaram a surgir na base dos sindicatos filiados à CUT, os trabalhadores não encontraram elaboração ou definição precisa sobre o que fazer frente ao fechamento das empresas em processo falimentar. A prática sindical mais comum era, e ainda é, a negociação para garantir o pagamento das indenizações aos trabalhadores das empresas, buscando-se apenas evitar as artimanhas patronais para burlar a legislação e sonegar os direitos trabalhistas.

Cabe lembrar que esse problema representava para o movimento sindical, até então, uma espécie de “tabu”. A intervenção dos sindicatos na gestão implica

uma redefinição da divisão de trabalho entre patronato e gestores, que tomam as decisões nas unidades produtivas, e os sindicatos, que negociam a jornada e o valor da força de trabalho, levando a um sindicalismo de terceiro tipo, para além da dualidade “contestação ou conciliação”.

Em 1999, a CUT lançou sua Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Mas isso se deu, em certa medida, de forma descolada das experiências de FRs então em pleno vapor. Coube ao ramo dos metalúrgicos da Central se ocupar da organização e representação das FRs existentes na base do sindicalismo cutista.

Diante do desemprego que assolava o maior pólo industrial do país, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista (cinturão da grande São Paulo) resolveu apoiar a constituição de cooperativas na região, mantendo postos de trabalho para seus cooperados. Em seu II Congresso, em 1996, o sindicato estabeleceu um compromisso com a difusão do cooperativismo e da autogestão como formas alternativas de geração de trabalho. Com isso, deu passos significativos em direção a mudanças históricas, como o entendimento de que o direito à sindicalização também se estende a cooperados da área de metalurgia (Oda, 2001). Outra iniciativa significativa foi o estabelecimento de uma parceria com a *Lega delle Cooperative*, maior federação cooperativa italiana, e mais três grandes centrais sindicais italianas, visando ao intercâmbio de experiências, principalmente com iniciativas da região da Emília Romana.

Em 1999, cooperativas formadas com ajuda do sindicato (entre elas as quatro que formaram a Uniforja) associaram-se para fundar a UNISOL (União e Solidariedade das Cooperativas). Atuando inicialmente apenas no Estado de São Paulo, com a missão de organizar e representar essas iniciativas, além de combinar o combate às “coopergatos” (aquelas que se utilizam da forma cooperativa para precarizar as relações de trabalho) e incentivar as cooperativas que denominam “genuínas” ou “autênticas”. Logo assumiu abrangência nacional, formando a UNISOL Brasil, que hoje conta com cerca de 280 cooperativas e associações filiadas, das quais 25 são FRs. Mesmo representando pouco mais do que 10% das experiências filiadas à UNISOL, as empresas recuperadas respondem por 75% da movimentação financeira total, cerca de R\$ 1 bilhão.

## **As Fábricas Recuperadas na encruzilhada**

Atualmente, observa-se que grande parte das experiências latino-americanas de FRs já ingressou num processo de assimilação completa à ordem capitalista. Processo que possui suas origens tanto nos limites internos ao próprio



movimento, como na necessidade de produzir para os circuitos de acumulação do mercado capitalista (inclusive para o mercado suntuoso das elites). Ou ainda, nos limites que decorrem das ações de um aparelho de Estado que, apesar de estar ocupado por governos simpáticos ao movimento, segue adotando políticas públicas (referentes ao crédito, às compras governamentais, etc.) cujo ajuste desfigura a dinâmica impulsionada por aqueles empreendimentos, e que tende a submetê-los às práticas usuais do mercado que favorecem o grande capital (Faria, Dagnino e Novaes, 2007).

O que se observa é um isolamento entre os empreendimentos em autogestão. Dito de outro modo, trata-se da não-efetivação de encadeamentos produtivos, para frente ou para trás, que permitissem a essas experiências um apartamento das relações com o mercado ou, pelo menos, um “retardamento” de sua captura pelas cadeias produtivas dominadas pelo capital<sup>12</sup>. As dificuldades próprias de um processo de recuperação das empresas em crise são amplificadas pelos entraves que se erguem à adequação da tecnologia e organização do trabalho, no relacionamento com o “mercado” para o escoamento da produção, e na formatação das políticas públicas de fomento a essas experiências.

As imposições e restrições do Estado em relação à compra de produtos e à contratação de serviços das empresas recuperadas pelos trabalhadores, e o estímulo que oferece à aquisição de uma tecnologia convencional inadequada (embutida ou não em máquinas, equipamentos e insumos produtivos), prejudicam a sustentabilidade econômica dos empreendimentos solidários e a dificultam no processo de alteração da divisão do trabalho capitalista, através da “adequação sócio técnica” (Dagnino, 2008, Novaes, 2007). No que se refere à assistência “técnica”, inexistem profissionais com os conhecimentos específicos da autogestão. Tendo em vista a Universidade, a ausência de pesquisa e desenvolvimento que siga os parâmetros da autogestão e desmercantilização da sociedade.

No plano técnico-administrativo interno aos empreendimentos, outra dificuldade dos processos de autogestão resulta da tendência à sua acomodação às normas e formas usuais previstas nos manuais e reconhecidas institucionalmente. Práticas contraproducentes (como a da elaboração de um “plano de negócio”, a utilização de técnicas toyotistas como o “envolvimento” dos trabalhadores) são frequentemente adotadas, muitas vezes com a melhor das intenções, por ONGs, assessorias técnicas e órgãos públicos (Henriques, 2007).

Na pesquisa realizada por um dos autores sobre oito FRs situadas no Brasil, na Argentina e no Uruguai, foram apontadas algumas tendências gerais. Em primeiro lugar, constata-se que, apesar de inseridas no sistema produtor

de mercadorias e tenderem por isso a reproduzir as relações de trabalho herdadas, as FRs foram capazes de realizar mudanças substantivas no processo de trabalho, principalmente nos seguintes aspectos: a) *software*, são mudanças de natureza cultural ligadas à repartição do “salário” e do excedente, isto é, “retiradas” (antigos salários) mais próximas ou igualitárias, fundos (sobras de fim de ano) igualitários ou proporcionais; a adequação parcial da fábrica aos interesses dos trabalhadores (melhoria dos refeitórios, eventos culturais na fábrica, etc); e a apropriação do conhecimento do processo produtivo sem modificação da divisão do trabalho; b) *orgware*, apropriação do conhecimento do processo produtivo com modificação da divisão do trabalho e; c) *hardware*, relacionam-se à aquisição de maquinário, às adaptações e ao repotenciamento (Novaes, 2007b).

Ao mesmo tempo, as FRs observadas, embora tenham promovido processos de Adequação Sócio Técnica (AST)<sup>13</sup>, parecem encontrar obstáculos devido: a) à naturalização da organização do processo de trabalho pelos cooperados; b) ao fetiche da tecnologia, que leva a que se acredite que a última tecnologia é sempre a melhor e se ignore seu caráter relacional (Novaes; Dagnino, 2007); c) ao tempo necessário para uma transformação significativa das forças produtivas e da forma de repartição do excedente; d) aos constrangimentos impostos pelo “mercado” capitalista e; e) ao momento extremamente defensivo enfrentado pela classe trabalhadora, caracterizado pela perda de direitos trabalhistas, fragmentação das lutas e super-exploração do trabalho (Novaes, 2007b).

O item “e” merece algum destaque. A conjuntura de refluxo das lutas sociais, isto é, a situação desde o início dos anos 1990 assinalou um movimento pendular nos extremos. Se durante toda a década de 1990 e início dos anos 2000 as políticas neoliberais canalizavam a energia dos trabalhadores para a manutenção dos direitos anteriormente conquistados, frente a iniciativa deliberada de desestruturação do mercado de trabalho, a partir de 2004 o Brasil verificou a retomada ascendente de emprego formal e recomposição salarial, tanto no setor público como no privado. Se o primeiro momento possibilitou o aprofundamento dos processos de recuperação das empresas, o segundo cristalizou o quadro das iniciativas, como que as acomodando no mercado de produção e consumo em expansão.

Porém, e malgrados todos os desvios e degenerações, não resta dúvida que a própria existência de inúmeras FRs (pelo menos 70 no Brasil e duas centenas na Argentina) representa uma conquista que deve ser preservada e acompanhada muito de perto pelos trabalhadores. Talvez possa emergir daí inspiração para avançar em direção aos setores dinâmicos do capitalismo, que até agora tem

se mantido imunes às práticas da autogestão dos seus processos de trabalho. Em países em que os liberais nunca estiveram dispostos a ceder nem os anéis nem os dedos, experiências de ocupação e a posse coletiva dos meios de produção de empresas como a Usina Catende, CBCA, Conforja, Fogões Geral, Cipla, Interfibras etc não podem ser desprezadas. E é também impossível ficar indiferente após entrar numa fábrica como a antiga Botões Diamantina, hoje Cooperbotões, no cinturão industrial de Curitiba/PR, e ver os trabalhadores do chão-de-fábrica ocuparem-se eles próprios dos seus assuntos.

Na sala de reuniões, uma bandeira da CUT. Ou no caso da Cipla, em que a sala de formação criada recebeu o nome de Sala Ferreirinha, antigo militante metalúrgico nascido na região. Pode-se então acreditar nas possibilidades que se abrem nas FRs.

### **Os casos CBCA e Catende Harmonia**

Cabe mencionar, rapidamente, dois casos que nos parecem ilustrativos do campo das FRs no Brasil. O primeiro é o caso da CBCA, hoje Cooperminas (Criciúma/SC), cuja luta foi iniciada em meados dos anos 1980, talvez a experiência mais duradoura de empresas recuperadas. O segundo caso é o Projeto Catende, de meados da década de 1990, seguramente o maior e mais complexo processo de recuperação de empresa falida existente no Brasil.

A Cooperminas surgiu do processo de falência da antiga CBCA – Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá, fundada em 1917 para a extração do carvão catarinense na cidade de Criciúma/SC. O processo de conquista da empresa é semelhante à quase totalidade dos casos no Brasil, mas foi um dos primeiros. Em meados de 1987, com os salários atrasados vários meses, os trabalhadores lançam-se numa luta ativa para reaver os direitos trabalhistas. A empresa encerra as atividades. Os trabalhadores mobilizam-se em defesa dos empregos, inicialmente solicitando a estatização da mina. No processo, os trabalhadores aceitam a reabertura da massa-falida tendo como síndico o próprio Sindicato dos Mineiros de Criciúma. A empresa funcionou 10 anos dessa maneira, até que em 1997 realizam um acordo com os antigos proprietários e encaminham a criação da Cooperminas<sup>14</sup>.

Queremos destacar três aspectos dessa experiência: primeiro, que os trabalhadores tiveram, durante esse tempo, que realizar lutas intensas para manter a mina sob seu controle e impedir a venda em leilão do patrimônio para pagar os credores. Numa dessas lutas, os mineiros aparecem na imprensa nacional com dinamites amarradas ao próprio corpo para bloquear a retirada de equipamentos

da mina de beneficiamento. O segundo aspecto diz respeito às condições de trabalho na mina. Tivemos a possibilidade de visitar o subsolo (“baixar a mina”) em 1992 e 2005. É notório o avanço que os mineiros da CBCA realizaram nas condições de trabalho, podendo-se observar melhorias significativas na ventilação, na iluminação, na segurança e na aquisição de novos equipamentos que diminuem a poluição no interior da mina. O terceiro aspecto diz respeito ao mercado. A cooperativa possui, como as demais mineradoras da região, uma cota de carvão com compra garantida pelas usinas termoelétricas, o que permite certa estabilidade e possibilidade de projeção para o longo prazo.

Já o Projeto Catende Harmonia é o maior e o mais complexo projeto de empresa recuperada em andamento no Brasil. Trata-se de uma Usina de açúcar fundada em 1892 a partir do antigo engenho Milagre da Conceição, e que compreende 48 engenhos distribuídos em 26 mil hectares, abrangendo cinco municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco: Catende, Jaqueira, Palmares, Água Preta e Xexéu. A Usina passou por diversas mãos até se tornar a maior usina de açúcar da América Latina na década de 1950, sob controle do “Tenente”, como era conhecido o coronel Antônio Ferreira da Costa. Na gestão de Tenente, foi construída a estrada de ferro para o escoamento da produção e uma hidroelétrica para assegurar a energia, além de construir a primeira destilaria de álcool anidro do país.

A Usina entrou em crise no final dos anos 1980, com o fechamento do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). A situação agravou-se em 1993, quando foram demitidos 2.300 trabalhadores dos engenhos. Esta demissão em massa deu início então a luta dos trabalhadores, que se recusaram a deixar as casas sem o recebimento dos direitos trabalhistas. Os sindicatos rurais, com o apoio da Contag, CUT e CPT, ajudaram na sustentação da luta para garantir os direitos trabalhistas. Em 1995, foi solicitada a falência da empresa, quando os trabalhadores assumiram o controle e deram início ao Projeto Catende. As dívidas da empresa somavam cerca de R\$ 1,2 bilhão (o Banco do Brasil é o maior credor, com R\$ 480 milhões). O patrimônio é avaliado em R\$ 67 milhões, e o passivo trabalhista é de R\$ 62 milhões. Em 1998, os trabalhadores criaram a Cia. Agrícola Harmonia, uma sociedade anônima, para receber o patrimônio da antiga Usina Catende. Em 2002, os agricultores criaram uma cooperativa de produção denominada Cooperativa Harmonia de Agricultores e Agricultoras Familiares, credores da antiga empresa e que habitam nas terras da Usina. No total, o projeto envolve, entre campo e indústria, certa de 4 mil famílias, ou 20 mil pessoas. Além dos 48 engenhos e da usina de açúcar (parque industrial), o patrimônio envolve ainda uma hidroelétrica, uma olaria, uma marcenaria,

um hospital, 7 açudes e canais de irrigação, frota de veículos e implementos (tratores, caminhões etc), várias "casas grandes" (uma delas transformada em centro de educação). Em 7 anos de projeto, a taxa de analfabetismo baixou de 82% para 16,7%<sup>15</sup>.

O Projeto Catende, pelo que já realizou em termos de mudança das relações de trabalho e de cultura política, vai muito além de uma simples recuperação de empresa falida, pois alcança a dimensão de um projeto alternativo de desenvolvimento econômico, social, cultural e político para a região do agreste pernambucano. Vale destacar, no entanto, que este projeto apresenta como diferencial, até mesmo em relação aos projetos de assentamento de reforma agrária, o fato de manter a terra e todas as instalações da Usina como propriedade social da totalidade dos participantes do projeto. Assim, no campo, articulam a agricultura familiar com a lavoura da cana em terras comuns.

Cabe assinalar, finalmente, que já se observa casos de FRs no Brasil que deram início à reconversão da produção, buscando tecnologias sociais adequadas ao processo de autogestão. A própria Usina Catende está buscando a diversificação da produção no desenvolvendo novos produtos, como uma mini destilaria de álcool para os assentamentos de reforma agrária e comunidades de agricultores familiares. Outra está construindo pequenas máquinas de biodiesel, também visando a soberania energética de comunidades rurais. Talvez sejam estes os primeiros passos para que se ultrapasse o desafio de encadear os empreendimentos econômicos solidários em um sistema econômico próprio, estruturado sob outros princípios e critérios de eficácia. Mas falta ainda muito para que se alcance o encadeamento das FRs num sistema próprio e auto-suficiente, que envolva inclusive as iniciativas autogestionárias em outros países.

### **Fábricas em Impasse: a busca da estatização**

As três fábricas (Cipla, Flaskô e Interfibras) que reivindicam a estatização não conseguiram um aceno positivo do governo e com isso seguir resistindo a duras penas. Nelas, a defesa da estatização articula-se a uma crítica às cooperativas em regime capitalista, retomando as análises desenvolvidas durante a II Internacional.

A fragilidade jurídica dessas experiências e a ausência de receptividade do governo brasileiro para as propostas de estatização de empresas falidas acabam por deixar os trabalhadores desses empreendimentos vulneráveis às investidas judiciais, além das dificuldades já bastante evidentes para acesso ao crédito e ações de fomento.

Embora haja um componente ideológico para justificar essa bandeira, sempre está presente no discurso da estatização um argumento financeiro, como subsídios de energia elétrica, mas principalmente a garantia de pagamento dos salários mesmo em períodos de crise.

Entendemos que mesmo quando a luta se dá pela estatização sob controle operário, desconsidera-se nessas situações o fato de que vivemos em um Estado capitalista, mais que isso, um estado autoritário latino-americano que não reconhece formas de co-gestão, tal como se deu em alguns casos europeus. Adicionalmente, há um enorme risco de burocratização, tal como se deu nos casos de empresas encampadas pelo Estado na década de 1950.

Nesse caso, incorre-se no equívoco teórico e histórico de encontrar a emancipação dos trabalhadores única e exclusivamente na forma de propriedade dos meios de produção, quando significa apenas que passariam estes a ser “explorados” pelo Estado, ao invés de patrões privados. Falta a lição, tão cara aos portugueses durante a Revolução dos Cravos, que socialismo de Estado ou privado não são as únicas opções.

Trata-se de uma armadilha de difícil solução sem inúmeras transformações concomitantes. Se as cooperativas e associações originadas de FRs estão degenerando por terem que conviver num ambiente hostil à sua reprodução – o chamado mercado –, as fábricas em impasse estão numa dupla armadilha: burocratização – caso sejam encampadas pelo Estado ou dissolução, caso não encontrem uma solução no médio prazo.

Talvez o caso mais enigmático da região seja a FasinPat (Fábrica Sem Patrão) Zanon (Argentina), uma experiência que sempre buscou a estatização mas não foi acolhida pelos governos Kirchner. Eles adotaram a tática de enfrentar o Estado Capitalista e ao mesmo tempo buscar alianças com certos setores do Estado (Universidades Públicas, Institutos de Assessoria “técnica”, deputados, etc), para não falar de outros trabalhadores. Nesse sentido, caberá a nós pesquisadores averiguar o desenrolar deste caso, que iremos detalhar brevemente nas linhas abaixo.

## **Os bravos lutadores de Zanon (Argentina)**

Mesmo num ambiente hostil à produção de valores de uso, as FRs argentinas também procuram subverter a lógica da produção de valores de troca e tentam atribuir um novo significado ao espaço de trabalho, combinando lutas de resistência ao trabalho e não mais ao “emprego”.

Os dilemas e as “vitórias” das FRs podem ser vistos em diversas iniciativas, mas em especial na *FaSinPat Zanon* (uma fábrica de azulejos e porcelanato

de Neuquén), talvez o caso mais rico do país vizinho. Muitos sindicalistas não conseguiriam imaginar o retorno ao chão de fábrica de dois trabalhadores que “puxaram” a luta da FaSinPat (Fábrica Sem Patrões) Zanon, mas foi isso que aconteceu em agosto de 2009, após a expropriação dos meios de produção.

O plano de construir uma fábrica de azulejos e posteriormente de porcelanato na província argentina de Neuquén é típico de uma história de gângsteres. Ela foi criada por um empresário italiano chamado Zanon com inúmeros subsídios dos militares argentinos, do governo da província e, nos anos 1990, com financiamentos de Menem que, aliás, jamais foram pagos. Essa fábrica era considerada uma das mais modernas da América Latina e virou pó nos anos 1990. Mas é aí que essa história ganha novos significados, principalmente no contexto que resultou na eclosão da rebelião social de dezembro de 2001.<sup>16</sup>

O relato dos trabalhadores sugere uma luta que deve ser olhada por um mesmo prisma, mas por ângulos distintos. A luta se dá ao mesmo tempo contra um sindicato burocratizado, contra um Estado corrupto e avesso às demandas dos trabalhadores, além da falência dos partidos políticos e da “democracia” capitalista. A isso tudo se junta a luta contra um patrão autoritário e paternalista, que se enriquecia a custa dos trabalhadores e dos privilégios obtidos no Estado argentino. E daí a luta por colocar a fábrica novamente em marcha, agora sob controle operário, tentando-se realizar a produção de valores de uso, escapar do “mercado” ou ao menos sinalizar a produção de azulejos para o povo e interesses “públicos”. E, por fim, a luta pelo resgate da união entre trabalhadores “classistas” e entre trabalhadores e estudantes, rompida pela ditadura civil-militar.

O estopim que deu origem ao movimento na Zanon foi a demissão de 600 trabalhadores em 2001. Eles queimaram a carta de demissão e saíram nas ruas para protestar. Na fala dos trabalhadores aparece como principal motivação a tentativa de “abrir e averiguar o caixa da empresa”, “recuperar postos de trabalho”, “recuperar a comissão interna”, “Zanon é do povo” e “voltar a viver”.

O antigo patrão não se conforma com a luta dos trabalhadores e não acredita que os mesmos poderiam “andar sozinhos”. Talvez por oposição a isso que os trabalhadores lançaram a consigna: “*os trabalhadores podem produzir sem os patrões, mas os patrões não podem produzir sem os trabalhadores*”.<sup>17</sup>

Inicialmente, a o movimento foi levado adiante por operários militantes do Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS), vinculado à IV Internacional. No caso da Zanon, o lema defendido por estes trabalhadores é “estatização sob controle operário”, lema nunca atendido pelo casal Kirchner. É curioso observar que na fábrica temos hoje não mais que seis trabalhadores do PTS,

muitos “independentes”, trabalhadores de outros partidos, tentando conviver. É preciso reconhecer que sem o “caldo de indignação” na fábrica, na região e na América Latina, dificilmente a ocupação – que mais parece uma guerra civil – em Zanon poderia ganhar força.

O antigo refeitório da fábrica tinha dois pisos. Respeitando a hierarquia, os subalternos ficavam no andar de baixo e os “seres superiores” ficavam no andar de cima, o que permite que se realize um paralelo imediato com o filme *Metropolis*, de Fritz Lang. A parte que era dos trabalhadores se tornou uma biblioteca, ainda bastante simbólica em função da utilização praticamente nula. Na parte de cima funciona o novo refeitório. Mesmo ainda bastante figurativa, deve ser reconhecida a iniciativa de se criar uma biblioteca na fábrica. Em outras empresas recuperadas argentinas há um espaço para aulas de bacharelado.

Há um laço comunitário com o Movimento de Trabalhadores Desocupados (MTD). Quando a fábrica começou sua luta, eram mais ou menos 220 funcionários da antiga empresa. Hoje estão com 480, sendo que mais de metade destes vieram do MTD. Não deixa de ser curioso notar que esses trabalhadores recebem a mesma *retirada* (salário) que os outros, havendo apenas um complemento para trabalhadores mais antigos, para os trabalhadores dos conselhos e para os postos com insalubridade.

Pedro, o *Pepe*, um dos cooperados que vieram do Movimento dos Trabalhadores Desocupados (MTD), foi atingido no olho por uma bala durante uma passeata. Ele foi deslocado para o setor de imprensa. Se fosse noutra empresa, provavelmente seria despedido, ainda mais em tempos de produção toyotista-enxuta. A mãe de um jovem funcionário da fábrica, morto em 1999 num acidente de trabalho, passou a trabalhar na fábrica em função dos laços comunitários, pois o jovem era a principal fonte de renda da família.

No Bairro Nova Espanha, bem próximo à fábrica, os trabalhadores montaram um centro médico. Além disso, fizeram e fazem doações de azulejos para outros hospitais, para trabalhadores que têm suas casas incendiadas por desastres naturais, pobres da região que solicitam ajuda etc. Deu-se início a uma política de contratação de mulheres. Já são trinta. O sindicato dos docentes da região (ATEN) fez uma proposta de utilização de um dos espaços da fábrica para darem aulas. Alguns professores e alunos da UBA (Universidade de Buenos Aires), mas principalmente da Universidade de Comahue (UnCo), tentam resgatar a tradição de unificação das lutas entre trabalhadores e universitários inaugurada na Reforma de Córdoba de 1918 e no Cordobazo de 1969. Alunos da engenharia da UnCo ajudaram os trabalhadores nas passeatas, arrecadação de fundos, bem como na restauração das máquinas, do aumento da qualidade



dos azulejos e na reformulação da processo de trabalho. Contaram ainda com a ajuda dos químicos da UBA para criar “azulejos auto-limpantes” – azulejos que têm uma película que permite que o mesmo se limpe com a luz do sol – o que parece navegar na onda da produção de bens socialmente úteis, dada sua utilidade em escolas e hospitais.

Muitos poetas, artistas, documentaristas, bandas de música de esquerda e intelectuais engajados abraçaram a causa da FaSinPat Zanon, realizando shows e filmes para relatar, refletir e ajudar a transformar a realidade da fábrica. Pode-se dizer que, tal como o caso da fábrica de relógios LIP, na cidade de Besançon/França, o caso FaSinPat Zanon transcendeu o âmbito da desconhecida região de Neuquén para ganhar o mundo. Também é preciso observar que alguns ativistas e intelectuais vão a Zanon como uma espécie de “Meca” dos movimentos sociais, tentando buscar ali a “solução” para os seus problemas.

Mas é no seio da heterogestão que nasce a autogestão. Sem o conhecimento “técnico” de muitos trabalhadores que estavam na antiga fábrica, jamais os trabalhadores conseguiriam colocar a fábrica em marcha novamente. Nas palavras de Aiziczon:

“Uma condição *sine qua non* do controle operário em Zanon foi que no grupo de trabalhadores dispostos a levar a cabo [a experiência] existia uma quantidade de pessoal de cada seção da fábrica que permitia operar minimamente todo o conjunto da linha de montagem; ficar sem eles nos setores nevrálgicos significaria um obstáculo difícil de se ultrapassar uma vez que teriam que conseguir alguém que lhes substituisse fora das portas da fábrica. Em Zanon, 270 trabalhadores dos 380 no momento da demissão resistiram e representavam muito bem a possibilidade de começar a produzir. Havia gasistas, eletricitas, mecânicos, uns três ex-chefes [ex-hierárquicos] e equipes completas de cada setor” (Aiziczon, 2007, p. 18).

Aiziczon ressalta outro requisito da antiga organização do trabalho fabril que contribuiu para o processo que vivem atualmente: antes, a polivalência significava que um trabalhador muitas vezes devia realizar e cobrir as tarefas de vários operários e, às vezes, em distintas seções. Paradoxalmente, a flexibilização laboral se tornou uma possibilidade de controle operário ao produzir também um aumento do conhecimento do funcionamento de cada setor e de cada máquina (Aiziczon, 2007, p. 18-19).

Tudo isso nos permite dizer que a fábrica está tendo um novo significado para os trabalhadores. Ao invés de lucros e exploração dos trabalhadores, a FaSinPat Zanon aponta agora para a produção de valores de uso (onde o mundo não é uma mercadoria), vínculos comunitários (“Zanon és del pueblo”), unificação das lutas dos trabalhadores e utilização do espaço fabril para estudo, seja

dos próprios trabalhadores ou de estudantes do ensino médio e fundamental, e instaura o rodízio nos cargos estratégicos da fábrica, a recuperação de outras fábricas na região, o classismo etc.

Sobre o “classismo”, vale mencionar que, em novembro de 2009, a FasinPat Zanon conclamou todos os trabalhadores dos setores “combativos e antiburocráticos” para a realização da primeira plenária regional dos trabalhadores argentinos “classistas”. Na estraçalhada Argentina do início deste milênio, alguns trabalhadores da desconhecida Neuquén resistiram bravamente e parecem estar inaugurando um novo ciclo de lutas anticapital. Nas palavras de Natalio Navarrete, o “Chico”,

“O objetivo era entrar [na fábrica] para produzir e demonstrar que nós podíamos fazê-lo [...] Com o que produzimos e com o que ganhamos temos que demonstrar que podemos gerar mais postos de trabalho, e criamos novos postos de trabalho [...] Podemos trabalhar em conjunto [coordenar] com outros setores e ter outras alternativas, e estamos fazendo isso. Então vamos tendo novos desafios [...], agora um dos últimos delineamentos que fizemos é chegar [...] no nível nacional com as fábricas ocupadas e com outros setores de desempregados [...] para ir com toda essa gente aos grandes meios de produção, às grandes fábricas onde estão sendo recuperadas as comissões internas e onde está a burocracia e apresentar nossa experiência das fábricas ocupadas e começar a dizer sobre o trabalho que estamos fazendo, que pode haver coordenação, que os trabalhadores podem juntar tanto os empregados como os desempregados” (Entrevistado por Aiziczon, 2009, p. 215)<sup>18</sup>.

Se para a Economia Política existe apenas a categoria trabalho e não a de trabalhador, nas FRs o objetivo é, na medida do possível, facilitar ao máximo suas vidas dentro e fora do seu ambiente de trabalho, o que para nós pode ser considerado uma espécie de humanização do espaço de trabalho pelos cooperados. Apesar dos imperativos da produção de mercadorias impedirem uma maior margem de manobra, já são bastante reais as possibilidades de mudança.

No entanto, se é verdade, como aponta o lema do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER- Argentina), que toda empresa que “fecha, deve ser ocupada e colocada para produzir”, o que podem fazer os trabalhadores quando as fábricas não fecham?

A relativa diminuição de fábricas fechadas e a amenização do quadro de desemprego na América Latina se tornaram um problema para a continuidade dos movimentos de FRs, pois com o relativo crescimento da economia, como poderiam contaminar outros trabalhadores? Somente como exemplo, a Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão), passou

também a atuar junto a políticas de geração de trabalho e renda, via cooperativas que surgem “do zero”, mudando parcialmente sua estratégia.

Sobre as bandeiras dos movimentos argentinos, tomemos como exemplo o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores (MNFRT – Argentina). Este movimento tem como marca o isolamento da política e dos partidos políticos. Verificamos que o MNFRT é um movimento social que aponta fundamentalmente para a conservação do posto de trabalho e que os próprios trabalhadores administrem a fábrica. Isto serve para diferenciá-los de outra vertente, a do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER). O MNFRT afirma, por exemplo, que não faz política, que a proposta deles serve somente para conservar postos de trabalho. No caso do MNER, já viraram comuns os processos de cisão interna, comprometendo as possibilidades de maior unidade ao movimento.

Poderíamos fazer algumas ilações que nos ajudariam a sintetizar nossos argumentos. Acreditamos então que este refluxo das FRs se deve a diversos fatores, sendo os mais importantes: a) um contexto extremamente desfavorável, defensivo, que impede o florescimento do cooperativismo e a contaminação de outros trabalhadores tendo em vista a criação de uma sociedade para além do capital; b) o ambiente hostil – chamado “Mercado” – que estrangula o desenvolvimento das FRs; c) problemas internos dos movimentos de FRs (rachas, desmembramentos etc.) que vão contra qualquer unidade; d) a crise teórica da esquerda, dando origem a remendos teóricos, mesclas entre o ideário do capital com pequenas pitadas de reforma; e) dificuldades de relacionamento e acesso às políticas públicas. Neste último caso, persiste uma visão crítica da esquerda que continua enxergando no cooperativismo apenas como uma forma de contenção ao desemprego em massa ou de diminuição das tensões sociais. Não percebem a vertente de esquerda da economia solidária e a autogestão como elementos fundamentais para qualquer política anticíclica efetiva, pois ajudaria a superar a exploração, axioma elementar do capitalismo.

O que se observa é que os movimentos de FRs estão longe de constituírem movimentos sociais vigorosos ou buscarem alianças mais profundas com outros movimentos sociais. Se as FRs começaram como uma espécie de *tsunami*, na atual conjuntura se transformaram numa marola, principalmente na Argentina, Brasil e Uruguai (Novaes, 2007a).

## **Considerações Finais**

Acreditamos que as cooperativas e associações de produção, comercialização, consumo etc. são experiências práticas de auto-organização dos tra-

balhadores que podem ser potencializadas numa conjuntura de transformação social que tenha em vista a transcendência do trabalho alienado. Ao mesmo tempo, pode-se presumir que as cooperativas e associações de trabalhadores, caso permaneçam isoladas de outras lutas sociais, definirão ou sobreviverão a duras penas. Elas dificilmente poderão avançar rumo à desmercantilização e ao controle global do processo de trabalho pelos produtores associados.

Rosa Luxemburg dizia que as cooperativas são formas híbridas, pois guardam elementos das empresas convencionais e anunciam outras características que são próprias de um projeto emancipatório. Preferimos a denominação de anfíbias, uma vez que os seres híbridos não se reproduzem ou não podem florescer. Nesse sentido, as cooperativas de resistência são “anfíbios embrionários” que poderão florescer ou degenerar, em função do processo histórico no qual estão inseridos.

Por último, cabe a ressalva metodológica de que a observação das FRs não comporta análises maniqueístas. Deve-se mostrar os avanços e retrocessos que ocorrem no âmbito das mesmas e se referir às formas possíveis de transformação de um mesmo fenômeno. No entanto, é preciso reconhecer que, embora significativa, a transformação na forma de propriedade dos meios de produção não tem possibilitado que se avance até a superação da substância da exploração e da opressão de classe, inerentes às relações sociais de produção do capital.

Tanto para as FRs como para o conjunto de experiências de economia solidária, a questão de fundo por nós abordada é a do destino das experiências de organização coletiva e autogestionária, seja das fábricas, objeto deste artigo, ou mesmo do trabalho coletivo no campo, a autogestão dos bairros, das cidades ou de um país. Trata-se, enfim, de saber se as experiências em vigência podem constituir pontos de apoio ou referência para movimentos emancipatórios de organização da produção dos meios de vida. Se apontam para a superação do trabalho alienado e desmercantilização da vida, se dão forma ao trabalho consciente, livre, prazeroso, se aprofundam ou radicalizam a democracia nos locais de trabalho e na sociedade etc.

Acreditamos que, no âmbito das FRs, a transformação das condições de trabalho implica na efetivação de outras formas de organização social e política, como fruto do próprio processo de auto-organização, como prática recheada de contradições que sinaliza a necessidade de superação da alienação e ao mesmo tempo um caminho para a emancipação dos trabalhadores.

Porém, o isolamento social das FRs implica também no isolamento da “batalha na produção”, como que aprisionados pelo aparato técnico herdado, permitindo o descolamento dos demais processos de luta social e a burocrati-

zação por parte dos gestores que permanecem na fábrica, ou os próprios trabalhadores que se assumem a função de novos tecnocratas, contribuindo assim para a degeneração ou perda das características autogestionárias das FRs.

Ao mesmo tempo em que vemos nas FRs embriões de superação da auto-alienação do trabalho, da divisão social e técnica que persiste na organização da produção dos meios de vida, percebemos que esses casos isoladamente não têm conseguido superar a produção de mercadorias, deixando a flor da pele as contradições e ambigüidades que são próprias dessas experiências.

## Abstract

The article examine critically the emergence of Recovered Factories (RFs) within a historical perspective, showing the contradictions of the process of retrieve of production by workers, the limits and possibilities of the self-management in the context of reflux of social struggles. We emphasize the role of trade unions, some statistics, continuities and discontinuities in the RFs, some struggles for nationalization under workers' control and three special cases: Cooperminas, Catende Harmonia and Zanon (Argentina). Even bringing elements that point to a higher form of production based on collective ownership of means of production, self-management and decommodification, the FRs are degenerating.

**Keywords:** recovered factories, self-management, working class struggles, Brazil, Fasinpat Zanon

## Referências

- AIZICZON, F. *Zanon – una experiencia de lucha obrera*. Buenos Aires: Herramienta, 2009.
- ANTEAG. *Autogestão em Avaliação – Ibase/Anteag*. São Paulo: Gráfica Yangraf, 2004.
- ANTUNES, R. *O caracol e sua concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.
- ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- AZZELINI, D. *Economía solidaria, formas de propiedad colectiva, nacionalizaciones, empresas socialistas y co-autogestión en Venezuela*. Revista Org & Demo, Marília, v. 10, n. 1/2, jan./dez de 2009, p.5-30.
- BERNARDO, J. “A autonomia das lutas operárias”. In: BRUNO, L. e SACCARDO, C. (coordenadoras). *Organização, trabalho e tecnologia*. São Paulo: Atlas, 1986.
- BERNARDO, J. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores – ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BERNARDO, J. *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.

- BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BERTULLO, J.; SILVEIRA, M.; ISOLA, G.; CASTRO, D. *El cooperativismo en Uruguay*. Montevideo: Unidad de Estudios Cooperativos, Universidad de la República, 2003.
- BRUHAT, J. *Histoire du mouvement ouvrier français*. Tome I – Des origines a la revolte des canuts. Paris: Éditions Sociales, 1952.
- BRUNO, L. *O que é autonomia operária?* São Paulo: Brasiliense, 1986a.
- CRUZ, A. *A diferença da igualdade*. A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do mercosul. Tese (Doutorado em Economia) – Unicamp, Campinas, 2006.
- DAGNINO, R. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros. *Revista Organizações & Democracia*, Unesp, Marília, v. 7, 2007.
- DESROCHE, H. *Pratique coopérative et parti ouvrier (1876-1879)*. In: \_\_\_\_\_. *Solidarités ouvrières*. Tome I – Sociétaires et compagnons dans les associations coopératives (1831-1900). Paris: Les Editions Ouvrières, 1981, p. 99-123.
- FAJN, G. et al. *Fábricas y empresas recuperadas – protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Ediciones del Insituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003.
- FAJN, G.; REBÓN, J. El taller ¿sin cronómetro? Apuntes acerca de las empresas recuperadas. *Revista Herramienta*, Buenos Aires, v.1, n° 28, 2005.
- FARIA, M. S. *Massa falida CBCA: proposta de leitura weberiana numa experiência de gestão operária*. Florianópolis, UFSC, 1992. (Monografia de conclusão de curso de graduação em Administração).
- FARIA, M. S. “...Se a coisa é por aí, que autogestão é essa ...?” Um estudo da experiência “autogestionária” dos trabalhadores da Makerli Calçados. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.
- FARIA, M. S. de. *Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital*. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, Sociologia Política, 2005.
- FARIA, M. S.; DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. *Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas*. Santa Catarina, *Revista Katalysis*, UFSC, maio-junho 2008.
- FESTI, R. *Zanon e a crise capitalista*. São Paulo: Revista Iskra n. II, 2009, p. 114-127.
- GAIGER, L. “A economia solidária diante do modo de produção capitalista”. 2002. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>> Acesso em 10 de março de 2002.
- HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- HENRIQUES, F.C. *Assessoria a Empreendimentos de Autogestão*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro 2007.

- HOLZMANN, L. *Operários sem patrão. Gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2001.
- KLEIMAN, F. *Lições de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco*. São Paulo: Annablume, 2008.
- LEBOWITZ, M. A. *Constructing co-management in Venezuela: contradictions along the path*. Caracas, Unión Nacional de Trabajadores, Encuentro Nacional de trabajadores hacia la recuperación de empresas. Retirado em outubro de 2005. Pode ser obtido em <http://mrzine.monthlyreview.org/lebowitz241005.html>
- LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Sindicalismo*. São Paulo: Ched Editorial, 1980.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Vol. I. Livro I. Tomo II. Cap. XXIV – A assim chamada acumulação produtiva.
- MEISTER, A. Quelques aspects historiques de l'associationnisme en France. In: \_\_\_\_\_. *Vers une sociologie des associations*. Paris: Les Editions Ouvrières, 1972. p. 49-108.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Campinas: Boitempo Editorial/Editora da Unicamp, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MOISSONNIER, M. *Les canuts: 'Vivre en travaillant ou mourir en combattant'*. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1988.
- MORENO, Y.; SANABRIA, W. *Las empresas en cogestión y ocupadas en Venezuela, la lucha por el control obrero y el socialismo*. Disponível em: <<http://freteco.elmilitante.org/content/view/24/30/>>. Acesso em: jun 2007.
- MURÚA, E.; ABELLI, J. *Charla en el 2º Congreso Nacional de Sociología*. Buenos Aires: UBA, outubro de 2004.
- NASCIMENTO, C. *Do "Beco dos Sapos" aos canais de Catende. (Os "ciclos longos" das lutas autogestionárias)*. Brasília, Senaes, abril de 2005. [www.mte.senaes.gov.br](http://www.mte.senaes.gov.br)
- NOVAES, H. T. "De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina". *Revista Lutas & Resistências*, Londrina, n. 2, p. 84 – 97, 2007a.
- NOVAES, H. T. *O Fetiche da Tecnologia – a experiência das Fábricas Recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular- Fapesp, 2007b.
- NOVAES, H. T. *Qual autogestão?* Revista de Economia Política n.22, junho de 2008, p. 7-31.
- NOVAES, H. T. *Renascendo das Cinzas? A relação das universidades argentinas com a "fábrica sem patrões" Zanon*. Caracas, IV Encuentro de Jóvenes Investigadores, abril de 2009.
- ODA, N. T. *Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação*. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade de São Paulo (USP), Escola Politécnica, São Paulo, 2001.

- PETRUCCELLI, A. *Docentes y piqueteros – de la huelga de ATEN a la pueblada de Cutral-Có*. Buenos Aires: El cielo por asalto, 2005.
- RUDE, F. *Les revoltes des canuts* (novembre 1831-avril 1834). Paris: François Maspero, 1982.
- RUGGERI, A. (org.) *Las empresas recuperadas – autogestión obrera en Argentina y America Latina*. Buenos Aires: Editorial da Facultad de Filosofía y Letras (Universidad de Buenos Aires), 2009.
- RUGGERI, A.; MARTÍNEZ, C.; TRINCHERO, H. *Las empresas recuperadas en Argentina*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2005.
- SINGER, P. *A recente ressurreição da Economia Solidária*. In: SOUZA SANTOS, B. *Produzir para viver, os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 81-129.
- STORCH, S. “Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa”. In: FLEURY, M.T. e FISCHER, R. M. (orgs). *Processo e Relações de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.
- TAULE, J.R.; RODRIGUES, H.; VILUTIS, L.; FARIA, M. *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas: uma tipologia da economia solidária e autogestão*. Brasília: MTE/IPEA/ANPEC, 2005.
- TIRIBA, L. *Economia Popular e Cultura do Trabalho*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.
- TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.
- TRAGTENBERG, M. “Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939)”. In: VENOSA, R. (org.) *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. São Paulo: Babel Cultural, 1987.
- VIEITEZ, C.; DAL RI, N. *Trabalho associado*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

## Notas

<sup>1</sup> Para o caso brasileiro, não podemos esquecer a existência, dentre outros, do Quilombo dos Palmares, principalmente nos primeiros anos.

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, os “elogios” de Marx à experiência de *Rochdale* bem como a forma irônica que ele aborda a possibilidade de supressão dos capitalistas. Numa certa passagem do capital, ele cita o jornal *Spectator* onde este afirma que a experiência de *Rochdale* (Inglaterra) “mostrou que associações de trabalhadores podem gerir lojas, fábricas e quase todas as formas de atividades com sucesso e melhorou imediatamente a condição das pessoas; mas não deixou nenhum lugar visível para os capitalistas. Que Horror!” (Marx, 1996, p.381).

<sup>3</sup> Para maiores detalhes sobre estes temas, ver Bernardo (1986) e Tragtenberg (1986).

<sup>4</sup> Sobre as FRs na Argentina e no Uruguai, ver Ruggeri, Martínez e Trincheró (2005), Ruggeri (2009); Fajn *et al.* (2003), Novaes (2007), Vieitez e Dal Ri (2006). Para o caso Venezuelano, ver Lebowitz (2005); Azzellini (2008) e Moreno e Sanabria (2007). Para o caso brasileiro, ver também Faria (1997); Novaes (2007); Oda (2001) e; Cruz (2006), dentre outros.

<sup>5</sup> Sobre isso, ver Bernardo (2009).

<sup>6</sup> Este debate foi realizado por nós em Novaes (2008).

<sup>7</sup> Sobre o tema tecnológico, ver Faria (2005), Novaes (2007) e Dagnino (2008).



<sup>8</sup> Ver, por exemplo, a Fábrica de Relógios Lip, um caso clássico de autogestão que se transformou em filme (Os Lip, a imaginação no poder) e a Fabrica Sem Patrões Zanon (Neuquén Argentina), que abordaremos mais à frente.

<sup>9</sup> Sobre a Economia Solidária, cabe uma importante nota. Em muitos seminários, congressos, etc temos visto que os economistas, sociólogos etc apressadamente já lhe taxam de “reformista”, ignorando os debates, as contradições e a existência de uma ala socialista na Economia Solidária. Em outros casos, e de forma parecida, muitos tomam a obra de Paul Singer como sinônimo de Economia Solidária, mais uma vez incorrendo na subestimação das diferentes práticas e projetos nesse “campo”.

<sup>10</sup> Em termos quantitativos, o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários realizado pela SENAES, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, encontrou cerca de 150 fábricas recuperadas, do total de 22 mil empreendimentos já computados. Para acessar os dados do Mapeamento, acessar [www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp).

<sup>11</sup> Os dados do SIES não são precisos no que diz respeito às FRs. O que sabemos é que apenas 41 empreendimentos são apoiados por entidades representativas, sendo 16 pela ANTEAG e 25 pela UNISOL. Os números com os quais trabalhamos neste artigo referem-se a um recorte feito a partir de uma resposta do mapeamento sobre o motivo principal de formação do empreendimento.

<sup>12</sup> Para ver alguns exemplos de encadeamentos horizontais e verticais entre trabalhadores autogestionários, ver a Revolução dos Cravos e o caso Polonês (Faria, 2005; Nascimento, 2005).

<sup>13</sup> Chamamos de Adequação Sóciotécnica o processo de desconstrução e reconstrução da tecnologia capitalista, em seus aspectos *software* (mudanças culturais, repartição do excedente, etc); *orgware* (organização do processo de trabalho); *hardware* (mudanças nas máquinas e equipamentos). Sobre isso, ver Dagnino (2008) e Novaes (2007).

<sup>14</sup> Sobre a experiência da CBCA, ver Fantin (1992); Faria (1992) e Anteag (2004).

<sup>15</sup> Nos baseamos aqui, sobretudo, no Plano de gestão de sustentabilidade autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia. Anteag (2005). Em Nascimento (2005) Do “Beco dos Sapos” aos canais de Catende. (Os “ciclos longos” das lutas autogestionárias) e em Kleiman (2008). Não podemos deixar de mencionar as similaridades e a “herança”, inclusive geográficas, com as Ligas Camponesas dos anos 1960.

<sup>16</sup> A província de Neuquén é extremamente contraditória. Por um lado, “recebeu” exilados do golpe de Pinochet e exilados argentinos que fugiram da repressão nos centros metropolitanos; houve um bispo de esquerda que abrigou muitos militantes na região; foi onde se processaram também as lutas dos *piqueteros* de 1994, em Cutral-Có, e as lutas dos professores secundários que resultaram no assassinato do professor Carlos Fuentealba; conta ainda com a luta dos Mapuches e a experiência Zanon. Por outro lado, Neuquén é governada há mais de 40 anos por um partido chamado Movimento Popular Neuquino (MPN), que governa a província de forma populista e faz(ia) uma farra com os recursos do petróleo da região.

<sup>17</sup> Lema muito similar ao utilizado pelos operários da fábrica de relógio LIP, ocupada na França em 1973.

<sup>18</sup> Para maiores detalhes sobre Zanon, ver Aiziczon (2009) e Festi (2009).